




**AUTO DE INTERDIÇÃO (X) AUTO DE NOTIFICAÇÃO ( )**  
Com base na Lei Nº12.608/2012  
**Nº 01 /2026**

COBRADE	(X) 1.1.3 – Movimento de Massa ( ) 1.1.4 – Erosão ( ) 1.2.1 – Inundações ( ) 1.2.2 – Enxurradas ( ) 1.2.3 – Alagamentos ( ) 1.3.2 – Tempestades ( ) 1.4.1 – Seca ( ) 1.5.1 – Epidemias ( ) 1.5.2 – Infestações/ Pragas ( ) 2.2.4 – Desastres relacionados a transporte de produtos perigosos ( ) 2.3.1 – Incêndios urbanos ( ) 2.4.1 – Colapso de edificações ( ) 2.4.2 – Rompimento/ colapso de barragens ( ) 2.5.1 – Transporte rodoviário	
BENS AFETADOS	(X) Particular ( ) Municipal / Estadual	
ENDEREÇO COMPLETO	Rua Coronel Francisco Seimangui, 247, Centro, São José V. R. Preto - RJ.	
DANOS APARENTES	Movimentação de massa de terra e possível desabamento da base da estrutura da residência.  Se Interdição: (X) INTERDIÇÃO TOTAL ( ) INTERDIÇÃO PARCIAL	
SE INTERDIÇÃO	Sair/evacuar/abandonar o imóvel no prazo máximo de: (X) IMEDIATO ( ) 24 HORAS	
PELO IMÓVEL ATINGIDO		PELA DEFESA CIVIL
<input checked="" type="checkbox"/> Proprietário ( ) Morador ( ) Responsável NOME COMPLETO: Carlos de Oliveira Seimangui RG: 003.146.431-88 CPF: 003.146.431-88 CIENTE DOS TERMOS DO PRESENTE AUTO DE INTERDIÇÃO  (nome do proprietário/ morador / responsável)		São José do Vale do Rio Preto, 09 de FEVEREIRO de 2026.  Secretário de Defesa Civil e Ordem Pública  Responsável Técnico
TESTEMUNHAS:		NOTAS:
NOME COMPLETO: RG: CPF: ASSINATURA		1- O presente Auto de interdição é lavrado com base na Lei Federal N. 12.608 de 10/04/2012, Art. 8, inciso V - "promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas"; e VII— "vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis", e do Decreto Municipal N. 2.526 de 2013. 2- O notificado deve evacuar/sair do local/imóvel conforme o Termo de Interdição acima no prazo recomendado; 3- A não obediência ao presente Auto de Interdição enseja as penalidades previstas em lei, de acordo com o Art. 330 do Código Penal. 4- É de entendimento desta SEDCOP que a ciência da Interdição e das medidas a serem tomadas são de interesse de quem estava sob risco no momento do ato. Assim, foram emitidos Autos ora com a ciência ao morador, ora com ciência ao proprietário, respeitando o princípio da dignidade da pessoa humana, contidos na CF/ 88.
NOME COMPLETO: RG: CPF: ASSINATURA		